

Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis: o pensamento decolonial na literatura brasileira do século XIX

Úrsula (1859), by Maria Firmina dos Reis: Decolonial thinking in 19th-century Brazilian Literature

Cristian Javier Lopez*
Universidade Estadual do Maranhão
São Luiz, Maranhão, Brasil

Gilmei Francisco Fleck**
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Cascavel, Paraná, Brasil

Solange Santana Guimarães Morais***
Universidade Estadual do Maranhão
São Luiz, Maranhão, Brasil

Resumo: O uso literário da palavra, como veículo de ideias e de discursos, é uma prática concreta do poder da linguagem do qual temos exemplos notáveis entre os escritores do nosso continente, em especial, em relação ao cultivo do pensamento decolonial (DUSSEL, 1993) e a busca pela descolonização das mentes, das identidades e do imaginário latino-americano (FLECK, 2017). Nesse sentido, no espaço literário brasileiro, destaca-se uma mulher escritora, professora, negra e abolicionista que soube valer-se desse poder para imprimir sua visão e seu posicionamento político e ideológico frente à escravização decorrente da colonialidade, expressando-se, no século XIX, contrária a essa prática desumana. A obra selecionada para nossas reflexões é o romance *Úrsula*, de 1859, da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis. Por meio da revisão bibliográfica e da análise literária, realizamos considerações sobre a escrita de caráter decolonial (DORADO MENDEZ, FLECK, 2022) presente na escrita dessa romancista e refletimos, também, sobre o uso do texto literário como via à exposição do pensamento feminino e do papel da mulher no espaço latino-americano. São fundamentos teóricos para isso as reflexões de Mignolo (2017), Quijano (1997), Guerra (2007), Lopez (2020), Uber (2022), entre outros. Destacamos, assim, o pioneirismo de Reis na expressão do pensamento decolonial entre as mulheres negras latino-americanas frente à escravização e à exploração do ser humano.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis. Decolonialidade. Literatura Brasileira. Literatura latino-americana.

Abstract: The literary use of words, as a vehicle of ideas and discourses, is a concrete practice of the power of the language from which we have notable examples among the writers of our continent, especially concerning the cultivation of the decolonial thinking (DUSSEL, 199), and about the seeking for decolonization of the minds, the identities, and the imaginary world of Latin American people. In this context, in the field of Brazilian Literature, there's a feminine writer, a teacher, a

* Pós-doutorando em Literatura, Memória e Cultura pela UEMA/MA, bolsista CAPES/BRASIL. Doutor em Estudos Literários pela Universidade de Vigo/Espanha em regime de cotutela com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. E-mail: cristianlopez2@gmail.com.

** Pós-doutor (2015) em Literatura Comparada e Tradução, pela Universidade de Vigo-UVigo-Espanha, com Bolsa da CAPES/Brasil; Mestrado (2005) e Doutorado (2008) em Letras, pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Assis-SP. Atualmente, é Professor associado da Unioeste/Cascavel-PR/Brasil, atuando nas áreas de Literaturas Hispânicas e Cultura Hispânica na Graduação em Letras. Atua, também, no Programa de Pós-graduação acadêmico em Letras da instituição, na área de Literatura Comparada e Tradução, e no Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional-Profletras, na área de Literatura Infantil e Juvenil. É Coordenador Geral do PELCA- Programa de Ensino de Literatura e Cultura – PROEX/Unioeste/Cascavel-PR. É líder e fundador do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção - vias para a descolonização”. E-mail: chicofleck@yahoo.com.br.

*** Doutora em Ciência da Literatura-UEMA/UFRJ (2014), mestre em Teoria da Literatura-UFPE (2002), especialização em Leitura e produção de texto-PUC/MG (2000). Atualmente é Professora Adjunto II, da Universidade Estadual do Maranhão. Docente do Mestrado em Letras/UEMA. E-mail: sogemorais@gmail.com.

negro and abolitionist woman who took advantage of this power of language to show her vision and her political and ideological position in front of slavery inherent to coloniality, and so she expressed herself against this not humanist action in the 19th century. The work selected to guide our reflections along this article is the novel *Úrsula*, published in 1859, by the writer born in the State of Maranhão/Brazil, Maria Firmina dos Reis. Through a bibliographic revision and our literary analysis, we establish here some considerations about the decolonial background (DORADO MENDEZ, FLECK, 2022) of the writings of this 19th century novelist and we also reflect about the use of literary texts as paths to show the way women think and the role of women in the Latin American context. As ways of theoretical support for our writing we count on the presumptions by Mignolo (2017), Quijano (1997), Guerra (2007), Lopez (2020), Uber (2022), among others. We highlight the primacy of Reis in expressing the decolonial thinking among the negro Latin American women against slavery and the exploration of human beings.

Keywords: Maria Firmina dos Reis. Decoloniality. Brazilian Literature. Latin American Literature.

INTRODUÇÃO

O âmbito letrado foi, desde sempre, um espaço de poder, cujo acesso solicitou o cumprimento de determinados parâmetros e/ou padrões para seus adeptos. Se nesse espaço conseguia-se controlar o ingresso de quem gostaria de nele figurar, é importante lembrarmos de que, dependendo do lugar geográfico e ideológico no qual se desenvolvesse esse saber, também existiram nuances para tal acesso, pelo qual muito da produção do conhecimento se estabeleceu. Portanto, pensar na literatura produzida no nosso continente merece uma visão diferenciada que nos permita entender, também, o nosso lugar no mundo das ideias. Nesse sentido, vale a pena verificarmos a síntese que faz o comparatista francês Jean Bessière (2011), ao mencionar seu entendimento sobre a história da literatura latino-americana:

[...] más allá de ese confinamiento a un modo de repetición del modelo europeo, y en la inevitable constatación de la resistencia, estas literaturas son las literaturas de una historia diferente. [...] La situación de esas literaturas [...] debe considerarse ejemplar, y permite precisar la relación de las literaturas con la globalización¹. (BESSIÈRE, 2011, p. 23).

Nesse sentido, entendemos que a leitura das produções literárias criadas em nosso continente deveria ser realizada, em um primeiro momento, considerando-as como uma arte cujo passado carrega traços da colonialidade que as fundou. Nesse sentido, referimo-nos ao fato de serem, de acordo com Paz (1991), um construto artístico que se vale para a sua elaboração das “línguas transplantadas” ao nosso espaço desde a época da colonização. Assim, ao refletirmos sobre a literatura do nosso continente, podemos corroborar que tais obras estão escritas nas línguas que foram trazidas e impostas da Europa à América, línguas essas que carregam uma história e que, ao longo do tempo, adquiriram particularidades e especificidades, graças ao contato com este espaço geo-cultural diferente daquele de sua origem. Portanto, a arte literária no nosso continente, escrita em línguas transplantadas, acompanhou essa história de mudança não só nos seus sistemas linguísticos, mas, também, no que diz respeito aos aspectos culturais, identitários e, assim, ideológicos.

A partir dessa ideia, a reflexão sobre as obras produzidas neste continente permite-nos, também, entender que, historicamente, o uso da palavra teve uma função específica como elemento eficaz de dominação, e foi, desde o início das sociedades da época colonial, um dos instrumentos que, junto à força bélica, conseguiu estabelecer a manutenção do poder nas mãos de uma elite branca, europeia, concreta: a dos colonizadores. Essa dominação pode ser “apreciada” em ações tais como a posse da terra e o domínio dos sujeitos. Estas ações estão registradas tanto no *Diário de bordo*, de Cristóvão Colombo ([1492-1493] 1998) – destinado à rainha Isabel, de Castela, e ao Rei Fernando, de Aragão, que se tornaram os primeiros monarcas europeus a implementarem o

¹ Nossa tradução: [...] para além desse confinamento a um modo de repetição do modelo europeu, e na inevitável constatação da resistência, essas literaturas são as literaturas de uma história diferente. [...] A situação dessas literaturas [...] deve considerar-se exemplar, e permite precisar a relação das literaturas com a globalização. (BESSIÈRE, 2011, p. 23).

colonialismo na América —, quanto na *Carta de Achamento* ([1500] 2019), do escrivão que acompanhou a esquadra de Pedro Álvares de Cabral, que aportou no sul da Bahia em 1500, Pero Vaz de Caminha. Esta missiva foi enviada ao rei português, Dom Manuel I, que iniciou, assim, o planejamento do processo de colonização além do Atlântico pela coroa portuguesa. Deu-se, desse modo, a posse dos corpos e a imposição das ideias europeias, no território do “Novo Mundo”. Dessa maneira, evidencia-se que o acesso ao conhecimento, desde essa perspectiva relacionada à dominação, esteve sempre ligado a questões vinculadas à etnia, ao gênero e ao poder econômico, estabelecendo, de forma concreta, os espaços e a atuação dos diferentes sujeitos na sociedade, agora moderna, dentro da estrutura colonial. A colonialidade implementada na América pelas metrópoles colonizadoras europeias equivale a “uma estrutura de controle e administração de autoridade, economia, subjetividade e normas de relações de gênero e sexo, que eram conduzidas pelos europeus [...]” (MIGNOLO, 2017a, 4-5).

Embora já se tenham passado vários séculos de história, e, nos dias atuais, existam discussões sobre a educação da população, condições de estudo e possibilidades de acesso à formação das pessoas, o pensamento do nosso passado colonial continua presente nas bases das sociedades nestes espaços. Nesse sentido, pensar nas letras no continente americano, e, mais concretamente no espaço latino-americano, leva-nos a refletir sobre tais estruturas de poder que fundamentam nossas instituições. Junto a essa questão podemos pensar que, devido a tais relações de poder existentes, os lugares dos sujeitos ficaram delimitados, assim como o acesso ao conhecimento. Conforme apontam diversos estudos sobre o tema (LOPEZ, 2020), é evidente que existe um grande número de escritores que fazem parte da historiografia literária em geral, em detrimento da presença da figura das mulheres escritoras, pelo menos até o século passado. Os motivos pelos quais isso aconteceu são conhecidos e bastante discutidos e estudados nos dias de hoje, porém, mesmo assim, serão, em parte, abordados neste texto.

Dentro desse âmbito das letras produzidas em um espaço colonializado, destacam-se a obra e a figura de uma mulher maranhense, negra, descendente de escravizados e abolicionista, que soube valer-se do poder da palavra e da educação para deixar seu legado na cultura do país e do continente: trata-se da professora Maria Firmina dos Reis (1822-1917). Na sua obra, a autora explora determinados tópicos que, conforme foi observado nas exposições anteriores, não seriam bem-vistos por seus contemporâneos do mundo das letras. Reis, de acordo com a crítica, reflete, em sua obra, sobre “[...] a situação dos escravizados, que passam a ter protagonismo nas narrativas, o papel da mulher na sociedade, as condições dos povos indígenas, um sentimentalismo romântico amoroso e a exaltação da terra.” (NEVES, 2021, p. 4). Portanto, estamos na presença da obra artística de uma professora, negra, literata, mulher, cujo passado a coloca como um sujeito periférico, que, por meio da manipulação da linguagem no ato criativo, outorgou voz para aqueles contingentes que não eram valorizados no seu tempo: os escravizados, as mulheres e os autóctones. Essa é, sem dúvidas, uma voz decolonial de uma autora que soube dar o “giro decolonial” como, adiante, neste artigo expomos.

Para este texto, optamos por ler uma das obras mais importantes de Reis, desde os pressupostos do pensamento decolonial, já que, conforme os tópicos desenvolvidos na obra da escritora, podemos estabelecer diálogos em comum com essa teoria. Tal exercício, ancorado em uma revisão bibliográfica cuidadosa, demonstra-nos, pela análise literária crítica realizada, que a obra da escritora brasileira expressa traços de pensamento decolonial no século XIX, que vinha sendo recorrente desde os enfrentamentos primeiros entre habitantes originários e os invasores europeus e, também, gestados nas nações que começaram a surgir na América Latina a partir dos processos de independência. Entendemos que a contribuição decolonial da obra de Reis é tangível pois, “[...] *la decolonialidad es un proceso de resignificación a largo plazo, que no se puede reducir a un acontecimiento*

jurídico-político.” (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007, p. 17). Portanto, ler a obra de Maria Firmina dos Reis, à luz das teorias contemporâneas como a que apresentamos aqui, reforça a proposta de ressignificação a longo prazo que a decolonialidade sustenta e os efeitos dessa leitura, quando adequadamente mediados por um docente apto a lê-los sob essa ótica junto aos estudantes brasileiros, pode transformar-se em um ato de descolonização das mentes, das identidades e do imaginário latino-americano.

Nesse sentido, a obra que selecionamos como base para nossas reflexões é o romance *Úrsula*, publicado em 1859, cuja abordagem realizamos com fundamento em uma revisão bibliográfica pertinente aos conceitos que, aqui, manejamos e a aplicação crítica da teoria da literatura ao *corpus* selecionado. Consideramos pertinente estabelecer reflexões sobre essa obra em concreto como uma contribuição aos estudos que visam à descolonização do pensamento nas sociedades do continente americano. Para isso, precisamos, antes, revisar, muito sinteticamente, neste espaço escritural, algo da trajetória da escrita romanesca em nosso espaço enunciativo latino-americano.

A ESCRITA ROMANESCA NO ESPAÇO LATINO-AMERICANO – DA SUBMISSÃO AOS ENFRENTAMENTOS

No contexto latino-americano, a prática de escrita literária deu-se, a princípio, pelos próprios sujeitos colonizadores, já que as nações autóctones eram, em sua grandíssima maioria, ainda ágrafas no início do século XVI e o grande contingente africano aqui introduzido não dominava a língua europeia para aqui transplantada. Tais produções que se deram nos primeiros séculos da colonização representam, quase que exclusivamente, as visões europeias sobre o “exótico” “Novo Mundo”, quando não tratam, diretamente, de, por meio da arte literária de cunho muito religioso, converter os sujeitos às crenças europeias, fazendo da literatura outro instrumento da colonização. De acordo com Quijano (1997, p. 1170), “no contexto da colonialidade do poder, a população dominada, nas novas identidades que lhes haviam sido atribuídas, foram também submetidas à hegemonia eurocêntrica como maneira de conhecer.” Conforme expõe Dussel (1993, p. 44),

[...] esses vieses estão, por conseguinte, em consonância com um processo prático, violento que inclui dialeticamente o Outro como o ‘si-mesmo’. O Outro, em sua distinção, é negado como Outro e é sujeitado, subsumido, alienado a se incorporar à Totalidade dominadora como coisa, como instrumento, como oprimido.

Esse projeto colonialista não se apossou unicamente do espaço territorial da América, retirando dos povos originários o seu direito à posse da terra. Muito além disso, essa territorialização geográfica estendeu-se ao domínio das identidades – instituindo como inferior e bárbaro todos aqueles que não apresentassem, primeiramente, as características típicas do sujeito europeu “superior”. Daí, ela avançou para o espaço do imaginário – impondo como “inapropriado”, “malévolo” toda e qualquer vinculação às crenças, hábitos e costumes dos ancestrais, para, finalmente, inserir-se no espaço das mentes – controlando e alterando, pela aculturação e o doutrinamento, os modos de ver e pensar sobre a existência, sobre o universo e sobre si mesmo.

Esse intenso processo de territorialização do espaço geográfico, identitário, imaginário, mental e ideológico, promovido pela colonialidade europeia na América, necessita, no processo de decolonialidade, hoje em andamento, encontrar vias, primeiro, de desterritorialização desses espaços. Uma das maneiras mais eficazes para isso é trazer à memória coletiva hodierna exemplos de enfrentamentos entre colonizadores e colonizados ao longo dos tempos nos quais o

² Nossa tradução: [...] a decolonialidade é um processo de ressignificação a longo prazo, que não se pode reduzir a um acontecimento jurídico-político. (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007, p. 17).

“pensamento decolonial” seja visível. Este é o caso das produções literárias antirracistas, antiescravistas e anticolonialistas.

Em seguida, há que se buscar os meios, as formas e as possibilidades de reterritorializar, de forma pluralizada e não única e exclusiva, as mentes, as identidades e o imaginário latino-americano. Isso pode ser feito, entre outras formas, pela luta por uma educação de qualidade às classes trabalhadoras na América Latina, cujo princípio seja, de fato, a formação de leitores descolonizados. Nesse processo, a leitura de obras como *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, além de toda uma vasta gama de romances históricos críticos (FLECK, 2017) ou de narrativas híbridas infantis e juvenis críticas/mediadoras (PEDRO; FLECK; SOUZA, SANTOS, 2022) devem ser incluídas pelo seu potencial descolonizador, pelo exemplo de “giro decolonial” feito pelos autores e pela ideologia decolonial que nelas fica plasmada.

Algumas evidentes consequências das ações colonialistas que ainda persistem em muitos setores de nossas atuais sociedades democráticas são, por exemplo, o fato de

*[...] por un absurdo y antehistórico concepto de pureza, los hispanoamericanos han tenido a mirar como una marca de inferioridad la condición de su mestizaje. Han llegado a creer que no hay otro mestizaje que el de la sangre y se han inibido en buena parte para mirar y comprender lo más valioso y original de su propia condición*³. (USLAR PIETRI, 1990, p. 348).

Além dessa consequência, que afetou diretamente o reconhecimento e a valorização de uma identidade híbrida e mestiça na América Latina, cuja história proporcionou a hibridação e a mestiçagem étnica e cultural entre os povos nativos do continente, os povos africanos introduzidos na terras pelo sistema escravocrata e os europeus que muito pouco se importaram com o lema “unidade e pureza” quando isso se referia às relações sexuais com as nativas ou as africanas, outras consequências alcançam os nossos dias. Os efeitos desse processo levaram, e seguem levando, a equívocos que dão mostras constantes de sua inadequação em muitos setores da vida atual pois, segundo comenta Uslar Pietri (1990, p. 345-346), “*sucesiva y hasta simultáneamente muchos hombres representativos de la América de lengua castellana y portuguesa creyeron ingenuamente, o pretendieron, ser lo que obviamente no eran ni podían ser [...] Culturalmente no eran europeos, ni mucho menos podían ser indios o africanos*⁴. Essa negação de uma identidade plural, híbrida e mestiça, por parte de muitos latino-americanos, tem promovido, de forma visível e constante, traços e reminiscências colonialistas ao longo de nossa história, pois

[...] esse renascimento colonialista [...] à medida que avança apropria-se do espaço sócio-cultural do Novo Mundo e o inscreve, pela conversão, no contexto da civilização ocidental [...]. A América transforma-se em cópia, simulacro que se quer mais e mais semelhante ao original, quando sua originalidade não se encontraria na cópia do modelo original, mas em sua origem apagada completamente pelos conquistadores. [...] [...] na terra descoberta, o código linguístico e o código religioso se encontram intimamente ligados [...]. Pela mesma moeda, os índios perdem sua língua e seu sistema do sagrado e recebem em troca o substituto europeu. Evitar o bilinguismo significa evitar o pluralismo religioso, significa também impor o poder colonialista. (SANTIAGO, 2000, p. 14 -16).

A literatura, nesse contexto, sempre teve duplo papel: por um lado foi forte instrumento de implementação e manutenção do colonialismo em terras americanas, com uma produção centrada

3 Nossa tradução livre: Por um absurdo e anti-histórico conceito de pureza, os hispano-americanos foram levados a olhar como uma marca de inferioridade a condição de sua mestiçagem. Chegaram a crer que não há outra mestiçagem que aquela sanguínea e se inibiram, em boa parte, para vislumbrar e compreender o que há de mais valioso e original em sua própria condição. (USLAR PIETRI, 1990, p. 348).

4 Nossa tradução livre: Sucessiva e até simultaneamente muitos homens representativos da América de língua castelhana e portuguesa acreditaram ingenuamente, ou pretenderam, ser aquilo que obviamente não eram nem poderiam ser [...]. Culturalmente não eram europeus, nem muito menos poderiam ser índios ou africanos. (USLAR PIETRI, 1990, p. 345-346).

nos valores e nas premissas colonialistas europeias, infiltrando-se como “modelo” nos polissistemas literários (EVEN-ZOHAR, 1990) aqui nascentes e, assim, estabelecendo neles os preceitos valorativos de nossas artes, bem como o teor ideológico das produções aqui feitas. Por outro lado, ela também se constitui em território de enfrentamentos e debates com essas mesmas premissas, gerando uma literatura anticolonialista, antirracista, antiescravagista, como podemos constatar na obra que aqui elegemos como *corpus* de leitura. Em especial as produções romanescas são, dentro desse sistema literário, um produto cultural que podemos considerar bastante jovem/recente. Isso é resultado, também, do processo histórico colonialista do qual resultaram as nossas atuais nações independentes.

Durante três dos quatro primeiros séculos de história oficializada pela colonialidade, a Inquisição proibiu a circulação de romances em nossas terras. Em 1828 – quando se instituiu a disciplina de Literatura Comparada na França – as primeiras nações independentes da América Latina estavam ainda por se consolidar e a produção literária nacional era incipiente em todas as nações. As imposições dos ditames do cânone europeu (que já contavam com uma produção de século) fizeram com que os autores latino-americanos buscassem fora da realidade circundante – na Europa dominante – os modelos de sua produção, operacionalizando, justamente, o que os estudos comparados valorizam à época: o rastreio de fontes, influências e filiações. Assim, “[...] a América transforma-se em cópia, simulacro que se quer mais e mais semelhante ao original, quando sua originalidade não se encontraria na cópia do modelo original, mas em sua origem apagada completamente pelos conquistadores.” (SANTIAGO, 2000, p. 14). Vemos, assim, que

[...] a história da América é profundamente marcada pelo olhar eurocêntrico, oriundo do processo de colonização. Nesse percurso histórico nossas terras passaram do domínio dos povos originários que as habitavam à posse e à propriedade das monarquias europeias que, no final do século XV e início do século XVI, estabeleceram processos de subjugação, controle e exploração do território e das gentes americanas. Esse processo de colonização europeia na América, levado a cabo sob os pretextos da retórica da modernidade/civilidade (MIGNOLO, 2017) – construída pelo discurso eurocêntrico –, implementou em nossas terras o sistema escravagista de produção. (LOPEZ, FLECK, CORRÊA, 2022, p. 3-4).

Neste contexto cabe apontar que *Periquillo Sarniento*, de José Joaquim Fernández de Lizardi, publicado no ano de 1816, no México, é considerado por vários estudiosos como a obra introdutória do gênero romanesco na América Latina. Essa obra mexicana, inaugural do gênero romanesco na América Latina – escrita dentro do período do romantismo –, apresenta vários traços de pensamento decolonial, porém nunca foi traduzido à linha portuguesa. Identifica-se, na tessitura do relato que narra as peripécias do jovem Pedro – El Periquillo Sarniento –, um apelo bastante significativo à população mexicana para que se dê conta de sua identidade já não tão pura e única como aquela esperada e valorizada pela elite dominante.

No contexto brasileiro, cronologicamente estabelecido, o primeiro romance a ser produzido foi *O Filho do Pescador*, publicado no ano de 1842, de Teixeira e Souza (1812-1881). Essa diegese constitui-se em um relato sentimentalista que, de acordo com a crítica literária, igualmente influenciada pelos paradigmas europeus, não havia absorvido as dimensões da escrita romântica europeia da época, que se impunha, também, na produção de nosso continente. Dois anos após o aparecimento desse romance, Joaquim José de Macedo escreve *A Moreninha* – relato no qual se festeja a elite imperial brasileira e se cultuam as suas tradições de bailes e passeios –, obra romântica que passa a ser vista como o “verdadeiro” primeiro romance da Literatura Brasileira. Se pensarmos em termos de colonialidade e de toda a estrutura estratificada que isso representa em uma sociedade, basta que nos lembremos de que o ilustre Joaquim José de Macedo era um dos

privilegiados instrutores das princesas Isabel e Leopoldina, filhas do Imperador Dom Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina.

Estas nossas poucas digressões têm um sentido bem específico: Maria Firmina dos Reis viveu nesse contexto histórico e social específico do período do Brasil Império (1822-1889), mais precisamente entre os anos de 1822, pois o seu nascimento dá-se no ano da Proclamação da Independência, pelo príncipe Dom Pedro I, que se tornou o Imperador do Brasil, no Primeiro reinado (1822-1831) e 1917, sendo que o seu falecimento dá-se dentro do período da República, após o segundo reinado, o de Dom Pedro II (1840-1889), no Brasil. Vivia-se, à época, o período histórico, social e literário do romantismo. Ela vivenciou a época da publicação dos primeiros romances no Brasil e pôde acompanhar, certamente como intelectual que era, os processos de recepção dessas obras em nossos países, sempre lembrando-nos de que

[...] para os europeus, nessa época romântica, a literatura nacional devia incorporar as características específicas de uma nação. Enquanto isso, na América Latina, as literaturas nacionais emergentes tinham uma função diferenciada na realidade sócio-histórica em que se encontravam as primeiras nações livres do território, antes dominadas pelas potências europeias, no princípio do movimento romântico dos começos do século XIX. Na nascente Literatura Latino-americana cabia a construção de uma identidade própria que, naquele momento, não sabia muito bem como lidar com o fato de que as bases histórico-culturais dos povos latino-americanos têm, ao menos, três raízes fundamentais: a autóctone, a europeia e a africana. Essas, juntas, conduziram ao que hoje ainda não se compreende em sua totalidade: a latino-americanidade de cada uma das nações independentes na América, antes colonizadas por portugueses, franceses e espanhóis. (FLECK; ALMEIDA, 2021, p. 552-553).

Nesse período do romantismo no Brasil, Maria Firmina dos Reis produz, assim, um dos primeiros romances abolicionistas na América – *Úrsula* (1859) –, juntando-se às produções mínimas desse caráter de autoria feminina, como *Uncle Tom's Cabin; or, Life Among the Lowly* (1852) [*A Cabana de pai Tomás* (1852)], da estadunidense Harriet Beecher Stowe, e as derivações deste na produção de Nísia Floresta, *Páginas de uma vida obscura* (1855). A escritora maranhense tem o mérito de vivenciar, em 13 de maio de 1888, o memorável dia da assinatura da Lei Áurea – efetuada pela princesa Isabel – que, finalmente, punha fim à escravidão no Império do Brasil.

O que destacamos, aqui, é a importância de se entender a árdua trajetória da mulher escritora nesse sistema, pois dos tantos motivos que merecem, hoje, uma reflexão profunda e acurada em relação à implementação da colonialidade na América Latina, uma atenção especial à questão de gênero que perpassou tais relações deve ser dada. Esse sistema de controle e administração colocou as mulheres sob a perspectiva de uma “dupla colonização”, conforme expressa Guerra, (2007, p. 100), pois

[...] *las múltiples dislocaciones producidas por la invasión y posesión de otro territorio/cultura implican, sin embargo, un punto de contacto en la coincidencia con respecto a una distribución de roles primarios basada en la desigualdad genérica. Tanto los colonizadores como los colonizados se regían por parámetros patriarcales que suponían una inherente y natural inferioridad de la mujer. Por lo tanto, las mujeres sufrieron una doble colonización y estuvieron expuestas a la confrontación con una modalidad dual de dominación: la de su grupo colonizado y la del colonizador*⁵. (GUERRA, 2007, p. 100).

⁵ Nossa tradução: Os múltiplos deslocamentos produzidos pela invasão e posse de outro(a) território/cultura implicam, no entanto, um ponto de contacto na coincidência com respeito a uma distribuição de papéis primários baseada na desigualdade de gênero. Tanto os colonizadores como os colonizados eram governados por parâmetros patriarcais que assumiam uma inferioridade inerente e natural das mulheres. As mulheres sofreram, portanto, uma dupla colonização e foram expostas à confrontação com uma modalidade dupla de dominação: a do seu grupo colonizado e a do colonizador. (GUERRA, 2007, p. 100).

Essa “dupla colonização”, padecida pelas mulheres, não esteve centralizada em um único espaço de poder como as capitais ou centros urbanos, senão que se deu em todo o território colonizado e nas diferentes esferas de atuação possíveis. Todos os sujeitos colonizados, de modo geral, tiveram que se subjugar ao pensamento colonial que estabelecia os parâmetros daquilo que era considerado superior, só que no caso das mulheres isso se deu de maneira dupla. Conforme expressa Beatrice Uber (2022, p. 81), “a colonialidade de poder conseguiu impor ideais de inferiorização em relação às posições sociais e culturais divergentes daquela estabelecida pelo colonizador branco europeu, elevando a cultura europeia a uma configuração de superioridade.” A razão pelo qual conseguiu ser efetivada essa dupla colonização se deve a que

[...] *ese sistema en América fue regido por el hombre blanco, defensor de la superioridad masculina y de la etnia blanca. Esa realidad se ha reflejado en todos los posibles campos de actuación en América y sigue excluyendo, hasta los días de hoy, varios grupos humanos de los centros de poder. Guerra defiende que ‘la exclusión de la mujer de las áreas de la teología, el trabajo, la educación y la política fue, hasta principios del siglo XX, un fenómeno que corrobora esta acción colonizadora del patriarcado.’* (2004: 26). *Árdua ha sido la labor de las mujeres para llegar a alcanzar reconocimiento en estas realidades*⁶. (LOPEZ, 2020, p. 262).

Como exemplo dessa árdua tarefa realizada por parte das mulheres, para se impor nesse complicado cenário cultural, temos constância de que sua ação nas diferentes latitudes, considerando esse contexto de exclusão de determinados sujeitos na sociedade, estava sendo efetivada, pois

[...] de maneira crescente, mulheres provenientes das camadas mais abastadas passavam a se apropriar da palavra escrita, lutando para serem admitidas no fechado grupo dos que podiam ser lidos. Na Europa e nos Estados Unidos, embora talentosas escritoras tenham alcançado grande sucesso, o acesso das mulheres àquele clube masculino se deu sob regras discriminatórias, que ditavam a elas rituais de autodepreciação ou estratégias de anonimato. (MACHADO, 2018, p. 16).

Se dirigirmos nosso olhar para o espaço literário brasileiro do século XIX, podemos encontrar exemplos concretos sobre tal delimitação de ação das escritoras, “[...] a sociedade brasileira do século XIX, patriarcal e escravista, era por certo profundamente elitista. O acesso à escola e às faculdades de Direito e Medicina – únicas no país – era muito limitado [...] mulheres escritoras constituíam raras exceções.” (MACHADO, 2018, p. 17). Embora existisse, nessa época, um número de mulheres escritoras, muito pequeno, logicamente, em comparação à quantidade de escritores do gênero masculino, seu campo de atuação não era livre e suas ideias não tinham o alcance e a potência que encontramos na atualidade. As restrições ficam evidenciadas já desde as temáticas que elas, como artistas da palavra, poderiam explorar ou não nas suas produções, pelo simples fato da sua condição de mulher dentro da hierarquia social. Nesse sentido, conforme expõe Régia Agostinho da Silva, (2013, p. 109),

[...] a literatura feita por mulheres, no Brasil oitocentista, era uma expressão rara, era permitida, mas, na grande maioria das vezes, consistia em uma literatura de ‘bicos e bordados’, falando de amor açucarado, de borboletas azuis, de amores galantes. Pouquíssimas foram as mulheres escritoras que ousaram criar coisa diferente, falar de outras temáticas, e falar sobre e ser contra a escravidão na década de 1860 [...].

⁶ Nossa tradução: Esse sistema na América foi regido pelo homem branco, defensor da superioridade masculina e da etnia branca. Essa realidade tem-se refletido em todos os possíveis campos de atuação na América e segue excluindo, até os dias de hoje, vários grupos humanos dos centros de poder. Guerra defende que ‘a exclusão da mulher das áreas da teologia, do trabalho, da educação e da política foi, até os princípios do século XX, um fenômeno que corrobora esta ação colonizadora do patriarcado.’ (2004: 26). Árduo tem sido o trabalho das mulheres para chegar a alcançar reconhecimento nestas realidades. (LOPEZ, 2020, p. 262).

Conforme podemos corroborar na exposição de Silva (2013), o espaço feminino na literatura que se encontrava delimitado pela temática a ser explorada, demonstra-nos, por outro lado, que lhe era permitido escrever aquilo que estivesse de acordo com o que se esperava de uma mulher. Os temas de índole política e de peso social, tais como é o caso da escravidão no país luso falante da América, por exemplo, não ganharia acolhida do público leitor no seu tempo. Fato que evidencia que Maria Firmina dos Reis foi uma das poucas escritoras latino-americanas daquela época que se atreveu a dar o “giro decolonial” (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007) em sua produção literária, lembrando-nos de que

*[...] el giro decolonial es la apertura y la libertad del pensamiento y de formas de vida-otras (economías-otras, teorías políticas-otras); la limpieza de la colonialidad del ser y del saber; el desprendimiento de la retórica de la modernidad y de su imaginario imperial articulado en la retórica de la democracia. El pensamiento decolonial tiene como razón de ser y objetivo la decolonialidad del poder (es decir, de la matriz colonial de poder)*⁷. (MIGNOLO, 2007, p. 29-30).

Amostras desse ato de coragem, de bravura e de enfrentamento aos princípios do colonialismo da escritora maranhense, imersa em uma sociedade escravocrata, vivendo no período imperial brasileiro, sendo ela mesma considerada por essa elite do poder colonial alguém oriundo das margens, estão plasmadas em seu romance *Úrsula* (1959), bem como em outras produções literárias suas. Essa produção de autoria feminina, de um valor histórico inegável à trajetória da mulher escritora na América Latina, tem sido, nos últimos tempos, alvo de estudo não só de adeptos da crítica feminista, mas de estudos transdisciplinares, nos quais se vê

*[...] the interest in establishing a more reliable critical vocabulary and a more accurate and systematic literary history for women writers is part of a larger interdisciplinary effort by psychologists, sociologists, social historians, and art historians to reconstruct the political, social, and cultural experience of women*⁸. (SHOWALTER, 1977, p. 8).

A história das experiências das mulheres na América, à qual a autora faz referência, com certeza não tem muitas passagens gloriosas para mulheres escritoras, menos ainda se elas forem negras, pois sobre elas, até hoje, repousa o desdém colonialista, ainda mais se suas temáticas afastam-se daquelas “autorizadas” pelo patriarcalismo. Expressar-se sobre essas temáticas “não aconselhadas às mulheres” na literatura foi um dos meios mais contundentes que as escritoras latino-americanas desenvolveram de se enfrentar com a colonialidade persistente em nossas sociedades que se fizeram imperiais ou republicanas, mas não abandonaram o sistema escravagista que sustentou a colonialidade desde o seu princípio.

Tal enfrentamento foi vivenciado por Maria Firmina dos Reis, como expressamos à continuação deste texto.

MARIA FIRMINA DOS REIS - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO DA SUA OBRA

⁷ Nossa tradução: [...] o giro decolonial é a abertura e a liberdade do pensamento e de formas de vida-otras (economias-otras, teorias políticas-otras); a limpeza da colonialidade do ser e do saber; o desprendimento da retórica da modernidade e de seu imaginário imperial articulado na retórica da democracia. O pensamento decolonial tem como razão de ser e objetivo a decolonialidade do poder (em outras palavras, da matriz colonial de poder). (MIGNOLO, 2007, p. 29-30).

⁸ Nossa tradução: O interesse em estabelecer um vocabulário crítico mais confiável e uma história literária sistemática e mais precisa para escritoras mulheres é parte de um maior esforço interdisciplinar de psicólogos, sociólogos, historiadores sociais, e historiadores da arte para reconstruir a experiência cultural, social e política da mulher. (SHOWALTER, 1977, p. 8).

A importância de ser estudada, discutida e divulgada a obra de Maria Firmina dos Reis radica nos múltiplos campos que a sua presença, como sujeito social, marcou em um país da dimensão do Brasil. Essa é uma nação cuja história está assinalada como sendo um dos países no qual se apresentou uma das explorações mais longas dos escravizados no continente. Além disso, conforme foi comentado no início deste texto, o espaço feminino era, nos tempos de Reis, delimitado por questões de índole sociocultural. Nesse sentido, a escritora maranhense projeta-se para a posteridade, mesmo que de maneira modesta no seu presente, como uma cidadã periférica, filha de ex-escravizados que, valendo-se do poder da palavra, imprimiu seu discurso e seu posicionamento político em um universo que, de acordo com a normativa social, não lhe correspondia. Assim, podemos compreender que ela foi

[...] uma mulher que lucidamente ultrapassou todas as barreiras raciais, sociais e de gênero, mostrando ao mundo que as mulheres negras e homens negros têm consciência e agência históricas, sendo capazes de, com suas vozes, desfazer as teias da opressão e do silenciamento gerados pela escravidão e pela exclusão. (MACHADO, 2018, p. 14-15).

Portanto, a escrita literária dessa autora ganha destaque graças ao conjunto de circunstâncias e condicionantes que circundam seu contexto de produção e vida. De acordo com Machado (2018, p. 20-21), a visão que os meios de comunicação na época de Reis realizam acerca de sua obra nos ilustra sobre como era recebida a produção da escritora. Como exemplo disso, citamos um fragmento de uma resenha registrada pelo “Jornal do Comércio”: “Convidamos os nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense, que porquanto não seja perfeita, revela muito talento na autora, e mostra que se não lhe faltar animação poderá produzir trabalho de maior mérito” (“Noticiário”. *Jornal do Comércio*, 4 ago. 1960, apud MACHADO, 2018).

Junto a essa visão geral que estamos contextualizando sobre a época de produção da autora e sua recepção, cabe destacar que, no que tange às produções na literatura brasileira, já havia a presença de obras que exploravam, por exemplo, o tema da escravidão, no entanto

[...] excetuando a participação de Vieira, nos primeiros séculos do Brasil, apareceram somente manifestações irrelevantes em favor da liberdade e dos negros. Somente no segundo quartel do século XIX, a temática da escravidão ocupa relativo espaço na literatura brasileira, sendo o responsável direto o poeta maranhense Gonçalves Dias [...] a primeira voz feminina no Brasil que registraria a temática do negro é a da maranhense Maria Firmina dos Reis, com a publicação do romance *Úrsula*, em 1859. (MENDES, 2011, p. 78).

Desse modo, ao ser uma das pioneiras⁹ no que diz respeito à exploração de uma temática tão controversa no seu tempo e desde o seu lugar de enunciação, mulher negra e periférica, Reis colocasse, indiscutivelmente, no foco de atenção dos estudos que, na contemporaneidade, buscam reivindicar aquelas vozes de escritoras que foram ignoradas pela historiografia literária ao longo desses anos. Nesse sentido, cabe lembrar que “[...] foi apenas na década de 1970, quando já fazia mais de um século que o romance *Úrsula*, da pena da maranhense Maria Firmina dos Reis, havia sido anunciado em resenhas econômicas dos jornais de São Luís, província de Maranhão.” (MACHADO, 2018, p. 9). De tal forma, podemos ver que “[...] mesmo a moderada aceitação obtida pelo livro na época já apresentava uma conquista inusitada, alcançada por uma romancista estreante num mundo monopolizado por homens portadores de uma cultura bacharelesca excludente.” (MACHADO, 2018, p. 15).

Além da temática da representação da escravidão na sua obra, amplamente discutida por estudiosos, no país e no exterior, (MENDES, 2011; SILVA, 2013; MACHADO, 2018; ABREU,

⁹ Nesse sentido, não ignoramos a produção da escritora Nísia Floresta e sua obra *Páginas de uma vida obscura*, de 1955. No entanto, analisamos e consideramos tal produção à luz de outras perspectivas que nos parecem ser as mais adequadas.

2013; ZIN, 2016 etc.), o que se sobressai, de maneira clara, é o valor que, na sua escrita, aparece em relação ao tratamento discursivo que a escritora escolhe para a tessitura do seu romance na elaboração das suas personagens, já que “[...] o livro da maranhense supera a prosa sentimental abolicionista. Ao dar voz e agência a personagens escravizados, o romance ingressa numa esfera totalmente original, engendrando outro tipo de narrativa.” (MACHADO, 2018, p. 34). Assim, podemos apreciar na escrita ficcional de Maria Firmina dos Reis que

[...] as personagens protagonistas são brancas, e as negras são todas secundárias, mas muito significativas, já que através delas são abordadas questões fundamentais, como a problemática da escravidão negra. São as personagens negras e escravas que fazem com que o romance adquira um tom de denúncia, assim como expressa sentimentos de igualdade, fraternidade e liberdade, misturados a resignação e revolta. Enquanto outros autores da literatura do século XIX punham mordanças nas bocas dos negros, Maria Firmina lhes dá voz, para expressarem suas angústias e anseios na terra estranha. (MENDES, 2011, p. 80).

O espaço que a escritora maranhense outorga para a voz dos escravizados é significativo, pois, longe de colocar suas personagens como simples vítimas ou servos complacentes, esses expõem sua visão sobre os sofrimentos que conhecem na sua condição. Assim, por exemplo, podemos apreciar no discurso da personagem do escravizado Túlio uma certeza da descolonização do pensamento que se apresenta no relato ficcional, quando ele se pronuncia dizendo “Oh! A mente! Isso sim ninguém a pode escravizar! Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê os areais sem fim da pátria [...] vê a cabana onde nascera, e onde livre vivera!” (REIS, 2018, p. 66).

Outro dos momentos que destacamos da obra é o que aparece no capítulo dedicado à preta Susana - capítulo nove -, personagem que vai relatar detalhes sobre suas lembranças de vida e que comenta sobre o seu cativo. Assim, essa personagem realiza, para o seu leitor, uma denúncia sobre as condições desumanas pelas quais esse contingente de pessoas escravizadas padeceu na viagem até o Brasil:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. (REIS, 2018, p. 122).

Longe de replicar os estereótipos que a literatura da sua época impunha no espaço ficcional aos escravizados, a escritora maranhense imprime uma nova visão, uma condição outra, oriunda desde a voz dos excluídos. Esse posicionamento ideológico situa-a como uma das mentes decoloniais do seu tempo que se enquadra no que visamos expor neste texto com uma obra que se inscreve dentro daquelas que buscavam a descolonização das mentes e das identidades no século XIX. Um acordar para uma outra maneira de ver a sociedade ainda submergida nas travas da colonialidade e que, tempos depois, revogaria a escravatura, embora na prática isso tenha acontecido de maneira parcial.

ÚRSULA (1859): A EXPRESSÃO DO PENSAMENTO DECOLONIAL DE UMA ESCRITORA PERIFÉRICA NEGRA BRASILEIRA

Na tessitura do seu relato ficcional, Reis (1859) expõe, analisado desde uma perspectiva atual, traços do pensamento decolonial, que já estava sendo gestado no espaço colonizado desde os primeiros enfrentamentos entre habitantes originários e colonizadores europeus e se estendeu às jovens nações latino-americanas. Assim,

[...] a genealogia do pensamento decolonial, desse modo, remete para época colonial, na qual se efetua o giro epistemológico. Isso indica que a decolonialidade, entendida como o conjunto de forças reativas e proativas enfrentadas à colonialidade, emerge também como consequência da instauração da matriz colonial do poder, nos projetos de modernização e colonização europeus a partir do século XV. (DORADO MENDEZ; FLECK, 2022, p. 129).

Na diegese do romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, narram-se os percalços enfrentados pelas personagens Úrsula e Tancredo para concretizarem a sua união, ou seja, uma temática mais do que recorrente à época do romantismo. No entanto, a escritora, ao manipular a linguagem, vale-se de técnicas escriturais e de recursos narrativos comuns que, devido ao tratamento que recebem, acabam possibilitando-lhe a geração de um discurso crítico frente à escravização no seio mesmo de uma sociedade escravocrata. Isso se dá pela especial configuração das personagens negras escravizadas que atuam como agentes importantes das ações do relato.

Entre os acontecimentos tumultuosos que as protagonistas devem passar, no início da tessitura da obra, é-nos apresentada a personagem Tancredo, um jovem de família rica, que é resgatado da morte por outro jovem, cuja condição é a escravidão, Túlio, que ganha sua alforria por esse ato. Cria-se, assim, uma amizade entre ambas as personagens. Tancredo é levado por Túlio para a casa onde este trabalha, junto a outra das personagens significativas da obra, a preta Susana – uma mulher escravizada já velha que acaba sendo como uma mãe para Túlio. O jovem rico é acolhido pelas donas da propriedade, as personagens Úrsula e sua mãe, Luiza B. Durante o processo de sua recuperação, ele se apaixona pela donzela Úrsula a quem conta as desventuras da sua vida amorosa. Na sequência, o relato ficcional apresenta a personagem escravocrata comendador Fernando P., irmão de Luiza B., o qual, loucamente apaixonado pela sobrinha, termina assassinando à sua irmã, com o intuito de possuir à jovem Úrsula, que desdenha do amor professado por esse, ao ele alegar poder ser seu novo tutor.

Os jovens amantes – Tancredo e Úrsula – fogem para se casarem em segredo, despertando, assim, a cólera de Fernando P., que manda prender a preta Susana – que morre pelas condições do cativeiro –, e, também, ordena que se prenda o jovem Túlio. Esse, contudo, foge e é assassinado antes de poder impedir o massacre que cometerá Fernando P. O comendador, por fim, termina matando, na frente de Úrsula, o jovem Tancredo, na saída do casamento dos jovens amantes. A donzela sofre terrivelmente com a morte do amado, perdendo a razão, e, assim, acaba morrendo, também. Passado um tempo, o relato ficcional expõe que o comendador decide entrar para o convento dos carmelitas, tomando o nome de frei Luiz de Santa Úrsula, e morre arrependido, confessando suas culpas.

O relato é transmitido ao leitor por meio de um narrador extradiegético que, gradativamente e a través do recurso de analepses, possibilita ao narratário conhecer os infortúnios, primeiramente, da protagonista masculina, o jovem rico Tancredo e, sem seguida daquele que será seu amigo, o escravizado Túlio. O primeiro deles, no princípio das ações, em meio às descrições abundantes da paisagem: “são vastos e belos os nossos campos; porque inundados pelas torrentes do inverno semelham o oceano em bonançosa calma – branco lençol de espuma, que não ergue muralhas ondas [...]” (REIS, [1859] 2018, p. 49), cavalga, sem destino, pelos campos desconhecidos.

Uma imagem bastante imprecisa do jovem é ofertada ao leitor nesse primeiro momento: “Abstrato, ou como que mergulhado em penosa e profunda meditação, o cavaleiro prosseguia sem notar a extrema prostração do animal ou então fazia semblante de não a reparar; porque não lhe excitava os nobres estímulos.” (REIS, [1859] 2018, p. 51). Valendo-se, pois das estratégias típicas da escrita do romantismo – as descrições minuciosas, sobremaneira adjetivadas e precisas, dos paralelismos, comparações e contrastes – a linguagem vai estendendo-se da paisagem campestre, em plena exuberância, à imagem disfórica da personagem que cavalga sem noção exata de sua realidade, do estado lastimável do animal que carrega o cavaleiro e dele próprio, como elemento de um cenário impreciso, vago e nebuloso.

Essa descrição primeira da personagem Tancredo é arrematada pelo narrador com o recurso das interrogações retóricas e das dúvidas engajadoras que se fazem da seguinte maneira: “Mas quem sabe?! Talvez uma ideia única, uma recordação pungente, funda, amarga como a desesperação de um amor traído [...]. Que intensa agonia, ou que dor íntima lhe iria lá pelos abismos da alma? Só Deus sabe!” (REIS, [1859] 2018, p. 51).

Essa cena inaugural do romance, rica em descrições e estratégias de engajamento do leitor no relato – promovido pelos questionamentos, pelas dúvidas expressas na voz enunciadora do discurso, pelas múltiplas possibilidades por ela elencadas – colide na cena que possibilita o encontro entre esse jovem abastado com aquele que se tornará seu fiel amigo: o jovem escravizado Túlio, cuja realidade é, então, exposta ao leitor. Vejamos, primeiro, o que sucede a esse cavaleiro que vaga sem rumo por esses campos por ele desconhecidos:

De repente o cavalo, baldo de vigor [...] distendeu as pernas, dilatou o pescoço, e dando uma volta sobre si, caiu redondamente. [...] Houvera mais que descuido no incerto e indolente viajar desse singular desconhecido: não previa ele um acontecimento fatal nessa divagação de tanto abandono, de tão grande desleixo? E malgrado o langor do cavalo [...], cada vez mais submerso em seu melancólico cismar! Caiu, e de um jato perdeu o sentimento da própria vida; porque a queda lhe ofendeu o crânio, e aturdido, e maltratado desmaiou completamente. [...]. Vastos currais de gado por ali havia; mas tão desertos a essa hora matutina, que nenhuma esperança havia de que alguém socorresse o jovem cavaleiro, que acabava de desmaiar. E o sol já mais brilhante, e mais ardente e abrasador, subia pressuroso a eterna escadaria de seu trono de luz, e dardejava seus raios sobre o infeliz mancebo. (REIS, [1859] 2018, p. 52-53).

Até a esse momento do relato, o romance de Reis nada tem de distinto de tantos outros romances telúricos românticos da época do século XIX, sobressaindo-se a linguagem precisa nas descrições arquitetadas por meio de comparações, de paralelismo, de contrastes e da expressão de minuciosos detalhes, seja com relação ao espaço campestre no qual se movem as personagens ou com relação a elas mesmas. As estratégias de prender a atenção do leitor por meio de recursos retóricos como as dúvidas, os questionamentos, as probabilidades se sobreem nesse início do romance.

Tudo isso vincula a escrita de Reis ao universo romântico, aos paradigmas valorativos da produção literária na qual, também, nasceram os primeiros romances brasileiros, *O Filho dos Pescador* (1842), de Teixeira e Souza e *A Moreninha* (1844), de Joaquim José de Macedo, os quais, em técnicas escriturais e recursos narrativos, não se diferenciam do romance em questão. O “giro decolonial” de Reis torna-se concreto na materialização da linguagem quando essa volta-se às personagens escravizadas que integram o plantel de figuras do romance em questão. A autora é, nesse sentido, cuidadosa com seus leitores para não, de imediato, revelar-se antiescravista, abolicionista e antirracista.

Vejamos, na sequência, como ocorre, no relato, a apresentação da personagem Túlio – uma das vias pelas quais o pensamento decolonial de Reis materializa-se na tessitura romanesca:

Caminhava com cuidado, e parecia bastante familiarizado com o lugar cheio de barrocais, e ainda mais com o calor do dia em pino, porque caminhava tranquilo. [...] Ao endireitar-se para um bosque à cata sem dúvida da fonte que procurava, seus olhos se fixaram sobre aquele triste espetáculo. – Deus meu! – exclamou correndo para o desconhecido. [...] E ao aproximar-se contemplou em silêncio o rosto desfigurado do mancebo; curvou-se, e pôs-lhe a mão sobre o peito, e sentiu lá no fundo frouxas e espaçadas pulsações, e assomou-lhe ao rosto riso fagueiro de completo enlevo; da mais íntima satisfação. O mancebo respirava ainda. – Que ventura! – então disse ele, erguendo as mãos ao céu – que ventura, podê-lo salvar. [...] Reunindo todas as suas forças o jovem escravo arrancou de sob o pé ulcerado do desconhecido o cavalo morto [...] banhando-lhe a fronte com água fresca [...] colocado-lhe a cabeça sobre

os joelhos [...], o mancebo pouco a pouco revocando a vida, abriu os olhos lânguidos pela dor, e os fitou nele, como que estupefato pelo eu via. (REIS, [1859] 2018, p. 54-55).

Essa cena do romance, na qual o escravo Túlio encontra o jovem Tancredo e dele cuida de forma dedicada e serviçal, prestando-lhe toda a ajuda necessária para o resgatar da morte e, em seguida, ofertando-lhe todo o auxílio para a sua posterior recuperação, poderia parecer mais uma dessas descrições romanescas tradicionais colonialistas em que as personagens dos escravizados, subjugados e alienados à condição escravizada, prestam, por obrigação e aculturação, todo o tipo de auxílio aos brancos que, por ventura, possam estar em situações como a que se encontra o jovem Tancredo, pois tais atitudes são “inerentes” à condição do escravizado. Reis, no entanto, assume uma postura discursiva distinta, mas bastante cuidadosa, pois conhece – assim como a sua personagem – o entorno escravocrata no qual ela vive e no qual a sua escrita vai circular.

Portanto, ela, por um lado, cria essa imagem serviçal e dedicada da personagem que se enternece com a situação alheia e, assim, dispensa ao desconhecido todo o cuidado e a atenção que a situação requer, demonstrando a nobreza de seu caráter e a força de seu espírito. No entanto, por outro lado, o relato dessas ações da personagem é intercalado com reflexões do narrador que, de certo modo, na sua onisciência, mesclam-se com a visão e a voz da própria personagem escravizada que raciocina, em um fluxo de consciência, frente a experiência que está vivenciando. Isso resulta em um discurso absolutamente antiescravagista que se infiltra em meio ao relato romântico da salvação da personagem Tancredo. Observemos, no romance, como se articula essa construção discursiva crítica frente à escravidão, e como o relato de Reis possibilita o fluxo desse discurso crítico por entre as cenas dos cuidados que o escravo dispensa ao desconhecido:

[...] o homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar com vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano refervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e embalde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, embalde – dissemos – se revoltava; porque se lhe erguia como barreira – o poder do forte contra o fraco! [...] assim é que o triste escravo arrasta a vida de desgostos e de martírios, sem esperança e sem gozos! [...] Oh! Esperança! Só a têm os desgraçados no refúgio que a todos oferece a sepultura!... Gozos!... Só na eternidade os anteveem eles! [...]. Coitado do escravo! Nem o direito de arrancar do imo peito um queixume de amargurada dor! Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo –, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... Àquele que também era livre no seu país... Àquele que é seu irmão?! E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como a sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso [...]. (REIS 2018, p. 54-55).

Ao lançar mão dessa estratégia enunciativa, de gerar um discurso que transita entre o fluxo de consciência da personagem, as opiniões do narrador, as descrições do cenário, da personagem e do ambiente, filtra-se, nele, uma ideologia antiescravagista, cuja origem exata torna-se de difícil precisão para um leitor não muito atento. A dramaticidade da cena em que Túlio busca salvar a vida de Tancredo, no decorrer deste momento narrativo, sobrepõe-se às divagações críticas que rodeiam e atravessam o discurso, pois, como relata o narrador:

A febre tomara-se ardente, e o mancebo exigia mais sérios cuidados. O negro bem o compreendeu [...] – Meu senhor, permiti que vos leve à fazenda, que ali vedes [...], ali habita com sua filha única a pobre senhora Luiza B. [...] aí está sua filha, que é um anjo de beleza e candura, e os desvelos, que infelizmente vos não posso prestar, dar-vo-los-á ela com singular bondade. [...] – Como te chamas, generoso amigo?

Qual é a tua condição? – Eu, meu senhor – tornou-lhe o escravo, redobrando suas forças para não mostrar cansaço –, chamo-me Túlio. [...] – A tua condição, Túlio? Então o pobre e generoso rapaz engolindo um suspiro magoado, respondeu com amargura, malgrado seu, mal disfarçada: – Minha condição é a de mísero escravo! [...]. (REIS 2018, p. 57-58).

O relato, nessa altura da cena, opta por dar voz a ambas as personagens – o jovem branco rico e o negro escravizado –, que se expressam em discurso direto, manifestando, assim, por elas mesmas, o que pensam e o que sentem. Ao ceder o espaço de enunciação às personagens, o narrador se distancia da cena e cria uma atmosfera em que ambas conversam enquanto Tancredo é carregado por Túlio à casa da senhora Luiza B., personagem que, na sequência, assumirá, junto à filha, um papel relevante no relato.

No laborioso trajeto à casa, Tancredo pergunta a Túlio: “– Oh dize, dize, meu amigo, o que de mim exiges, porque toda a recompensa será mesquinha para tamanho serviço.” (REIS, 2018, p. 59). Tais questões, articuladas de forma intencional para que o espaço escritural romanesco pudesse ser palco da expressão antirracista e antiescravagista permite, mais uma vez, que o pensamento decolonial da escritora possa aflorar na tessitura do romance, como podemos identificar nos fragmentos abaixo destacados:

– Ah! meu senhor – exclamou o escravo enternecido – como sois bom! Continuai, eu vos suplico, em nome do serviço que vos presto, e que tanta importância quereis dar, continuai, pelo céu, a ser generoso, e compassivo para com todo aquele que, como eu, tiver a desventura de ser vil e miserável escravo! Costumados como estamos ao rigoroso desprezo dos brancos [...] se todos eles se assemelhassem a vós, por certo mais suave nos seria a escravidão. – Essa é toda a recompensa que exigis? – Sim, meu senhor, fizeste-me tão feliz, que nada mais ambiciono [...]. E o negro dizia uma verdade: era o primeiro branco que tão doces palavras lhe havia dirigido, e sua alma ávida de uma outra alma eu o compreendesse, transbordava agora de felicidade e reconhecimento.”

O discurso romanesco, ao explorar a subjetividade do escravizado, procura lançar luzes sobre a situação de opressão, de pesar e de sofrimento que essa condição impõe aos sujeitos e revela a consciência que este sujeito tem da relação antagonista estabelecida pela escravização entre os sujeitos brancos e todos aqueles de sua etnia, os negros africanos. Ao reconhecer em seu interlocutor – um jovem branco que denota ser rico pelas vestimentas e pela fina educação – um sujeito distinto dos demais escravocratas com os quais já teve trato, a surpresa toma-lhe de assalto e ele revela sua essência de bondade, coragem e de valores humanitários.

O artifício ficcional, nesse sentido, cria efeitos de percepção e recepção que podem, como revela a sequência do relato, funcionar como refrações, como o espelhamento que a personagem Tancredo percebe no seu oposto – no negro, no escravizado. Esse efeito é outro momento em que a tessitura narrativa de Reis explora as possibilidades de se mostrar antirracista, empática, solidária e humana, como podemos entrever no discurso do narrador:

E fitando-o, [...] sentia pelo jovem negro interesse igual talvez ao que este sentia por ele. Então nesse breve cambiar de vistas, como que essas duas almas mutuamente se falassem, exprimindo uma o pensamento apenas vago que na outra errava. [...] as expressões do escravo, e os serviços, que lhe prestara, tocaram-lhe o mais fundo do coração. E que em seu coração ardiam sentimentos tão nobres e generosos como os que animavam a alma do jovem negro [...]. (REIS, 2018, p. 56).

Como mulher escritora que se arrisca no âmbito da escrita romanesca, em 1859, no Brasil Imperial, escravocrata, racista, machista, patriarcal, Reis, ao estabelecer comparações de igualdade

(“**tão** nobres e generosos **como** os que ...”) entre os sentimentos, a nobreza de caráter e as motivações que animam dois homens: um jovem escravizado e um descendente europeu rico e poderoso chega aos limites da expressão de seu pensamento decolonial, quando ela expressa: “[...] dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos [...] e amaldiçoo em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante [...] o branco desdenhou a generosidade do negro, e cuspiu sobre a pureza dos seus sentimentos!” (REIS, 2018, p. 58). Isso a romancista alcança por um uso aprimorado da manipulação da linguagem, pelas artimanhas discursivas – de intercalar cenas dramáticas do resgate de uma vida às ideologias antiescravagistas, de espriar-se em descrições minuciosas do espaço telúrico pelo qual as personagens se movimentam enquanto opiniões antirracistas são expostas.

À continuação, o relato adentra-se nos detalhes da recuperação do jovem Tancredo e dos relatos que este faz a Túlio e a Úrsula, por quem vem a se apaixonar, de seus infortúnios com o pai que o havia afastado de sua amada, com o pretexto de que, na volta, poderia unir-se a ela quando, de fato, os dois só esperavam pela morte da mãe de Tancredo para viverem sua louca paixão. A diegese, em relação ao nosso enfoque – a expressão dos pensamentos decoloniais da romancista no século XIX – volta a dar mostras de sua potencialidade no romance de Reis no capítulo IX, “A preta Susana”.

Este capítulo IX inicia-se com o relato da personagem Túlio, indo contar à preta Susana que ele obteve a sua liberdade. Ela, no início da conversa, não acredita nisso, por causa da sua experiência de vida, mas termina emocionando-se ao reconhecer que seu “filho adotivo” conseguiu o mais valioso bem: a liberdade.

Nesse momento do relato, ela começa a se lembrar de seu passado e das condições desumanas de sua captura e tráfico, das condições no navio negreiro, assim como as perdas que a escravidão trouxe à sua vida. Susana começa seu relato lembrando-se da liberdade perdida: “[...] para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... Ah! Eu a gozei na minha mocidade! (REIS, 2018, p. 120). No seu discurso, a escravizada refere-se à sua terra como país e pátria: “E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, há Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade!” (REIS, 2018, p. 121).

Algumas das atrocidades do tráfico negreiro materializam-se na linguagem de Susana ao relatar a seu “filho” as condições da viagem, quando ela estabelece comparação de seres humanos com objetos e animais: “Para caber a *mercadoria humana* no porão, fomos *amarrados* em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa.” (REIS, 2018, p. 122). É diante dessas descrições que o discurso romanesco pode, novamente, ser espaço da expressão do pensamento antiescravagista: “É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!” (REIS, 2018, p. 122).

A personagem Susana comenta ainda com seu “filho” sobre os efeitos dessa viagem no navio negreiro: “A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foi sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades.” (REIS, 2018, p. 123). O fim dessa personagem, novamente encarcerada pelo escravocrata Fernando P., é, justamente, a morte, por não suportar, outra vez, os martírios do aprisionamento. Assim, Túlio decide auxiliar Tancredo em toda a sua empreitada para unir-se à jovem Úrsula em casamento. Dessa decisão resultam todas as tragicidades que a obra revela – conforme anunciamos na introdução desta subseção do texto –, ao modo bem romântico, para o deleite do leitor do século XIX e, também, para nossas reflexões, em pleno século XXI, que o lemos com outros olhos, sob outras possibilidades, voltadas ao seu teor decolonial e como via de leitura à descolonização das mentes, das identidades e do imaginário latino-americano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao efetuarmos a leitura do romance *Úrsula* ([1859] 2018), de Maria Firmina dos Reis, ficamos evidenciado o teor decolonial e descolonizador do discurso romanescos, em especial, por meio das reflexões e expressões subjetivas das personagens Túlio e Susana, configurados na obra como sujeitos escravizados. Os paralelismos discursivos estabelecidos pelo narrador entre as personagens Túlio e Tancredo – dicotômicas em suas etnias, suas procedências, suas posses – mas idênticos em sua nobreza de caráter, em seus sentimentos humanitários são amostras poderosas da coragem, da ousadia e da fortaleza da romancista maranhense em expressar seu pensamento decolonial antirracista e antiescravagista à época em que viveu: O Brasil Império, escravocrata e patriarcalista.

A evidente criticidade desse romance romântico maranhense destoa dos demais poucos romances publicados à época em nosso território imperial, fazendo de Reis uma figura histórica relevante na trajetória da escrita de autoria feminina na América Latina. Assim, estudar a escrita dessas mulheres, independente de que época tenha sido a sua produção, é evidenciar como muitas delas ousaram praticar o pensamento decolonial e, assim, enfrentaram o sistema discriminador no qual estavam inseridas para fazer ecoar, pela arte das palavras, o seu modo de ver, entre outros temas revoltantes à época do romantismo, a escravidão.

Acreditamos que, para Maria Firmina dos Reis, foi concreto o poder que radica na palavra escrita ao expor esse tipo de discurso antiescravista, antirracista, anticolonialista na voz de suas personagens caracterizadas como escravizadas, cujo lugar de enunciação, dentro da sociedade do Brasil Império, nunca teria a oportunidade de ser ouvida/lida. Sua ousadia em comparar em graus de igualdade um branco e um negro – um sujeito da elite dominadora e um da classe subjugada e explorada – avançando para além do exterior, da simples cor da pele, para evidenciar “que são todos irmãos” – em um período histórico concreto: o Brasil Império, comandado pelo Imperador D. Pedro II, descendente direto da coroa colonizadora portuguesa, na qual se sobrepunha uma elite escravagista e exploradora das potencialidades dos trabalhadores escravizados – é ação que merece ser preservada na memória coletiva do povo brasileiro.

Nossas literaturas americanas precisam de mais escritoras decoloniais como Harriet Beecher Stowe, Alice Walker, Maria Firmina dos Reis, Maria Carolina de Jesus, Conceição Evaristo e tantas outras escritoras negras que nos estão ensinando a reconhecer e conhecer o universo daqueles que sustentaram as bases colonialistas e imperiais de nossa história. Assim, desejamos que mais e mais sujeitos hodiernos façam-se “Ressignificações” para que a decolonialidade, a longo prazo, não tarde tanto em se manifestar em nossas vidas, em nossas escolas, em nossas mentes, identidades e no nosso, ainda, colonizado imaginário.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. A. C. D. de. *Os abolicionismos na prosa brasileira: De Maria Firmina dos Reis a Machado de Assis*. 470 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de Coimbra-UC, Coimbra, 2013.

Disponível em:

<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/23777/1/Os%20Abolicionismos%20na%20Prosa%20Brasileira.pdf>

BESSIÈRE, J. Literatura Comparada e identificação de las diferencias literarias y culturales. In: CROLLA, A. *Lindes actuales de la literatura comparada*. Santa Fe: Ed. Universidad Nacional del Litoral, 2011, p. 17-28.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL R. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad

Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

DORADO MENDEZ, H. E.; FLECK, G. F. Projetos decoloniais na América Latina: o romance histórico latino-americano e a dupla descolonização epistemológica. *Nova Revista Amazônica*, Bragança, v. 10, n. 1, junho-2022.

DUSSEL, E. 1492: *O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: conferências de Frankfurt*. Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

EVEN-ZOHAR, I. Polysystem studies. *Poetics Today*, Durham, v. 11, n. 1, 1990. Disponível em: https://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/Even-Zohar_1990--Polysystem%20studies.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

FLECK, G. F. *O romance histórico contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção*. Curitiba: CRV, 2017.

FLECK, G. F.; ALMEIDA, C. H. L. de. Por uma América Latina ressignificada: o romance histórico em suas fases críticas – caminhos à descolonização. *Revista Fermentum*. v.31, n. 91, p. 551-571. maio/agosto 2021. Centro de Investigaciones HUMANIC, Universidad de Los Andes, Mérida-Venezuela, 2021.

FLORESTA, N. *Páginas de uma vida obscura*. Brasil Ilustrado. 1855. Vol.1. Typ. de N. (Nicolau) Lobo Vianna & Filhos na Rua D'Ajuda, n. 7, Rio de Janeiro.

GUERRA, L. *Mujer y escritura: fundamentos teóricos de la crítica feminista*. México, D. F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.

LOPEZ, C. J. *Idea Vilariño (Uruguay) y Helena Kolody (Brasil): cantos a la vida - encuentros poéticos en América Latina*. 274 f. Tese (Doutorado em Letras) - Escola internacional de doutoramento da Universidade de Vigo - UVIGO; Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (cotutela de tese), Vigo/Espanha, 2020. Disponível em: <https://www.investigacion.biblioteca.uvigo.es/xmlui/handle/11093/1425>

LOPEZ, C.J.; FLECK, G. F.; CORRÊA, R. N. D. Aspectos da diáspora africana em *Tumbu* (2007), de Marconi Leal: as ressignificações do passado nas narrativas juvenis brasileiras híbridas de história e ficção. *Revista Darandina* (UFJF). V.15, n.2. p. 1-15. Jun./Dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/39300>

MACHADO, M. H. T. *Maria Firmina dos Reis: invisibilidade e presença de uma romancista negra no Brasil do século XIX ao XXI (introdução)*. In: REIS, M. F. dos. *Úrsula*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018. p. 9.

MENDES, A. de M. (2011). O discurso antiescravagista em *Úrsula*, de Maria Firmina Dos Reis. *Revista Cerrados*, v. 20 n. 31, 2011. pp. 75-92. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/26037/22865>

MIGNOLO, W. Colonialidade – o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho/2017a.

NEVES, R. J. R. Apresentação. In: REIS, M. F. dos. *A escrava*. São Paulo: Hedra, 2021, p. 7.

PAZ, O. *Convergencias*. Barcelona: Seix Barral, 1991.

PEDRO, F. S. C.; FLECK G. F.; SOUZA, M. C. F., SANTOS, V. P. dos. *Oficinas literárias temáticas: uma metodologia para a formação do leitor literário e a implementação da interdisciplinaridade no Ensino Fundamental – anos finais*. Revista Primeira escrita. V.9, N. 2, p. 41-53, 2022.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Anuario Mariateguiano*, Lima, n. 9, 1997, p. 113-121.

REIS, M. F. dos. *Úrsula*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018

SANTIAGO, S. *Uma literatura nos trópicos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SHOWALTER, E. *A literature of their own: British women novelists from Brönte to Lessing*. New Jersey: Princeton University Press, 1977.

SILVA, R. A. da. *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre a escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. 177 f. Tese (Doutorado em História econômica) Programa de Pós-graduação em história econômica da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2013. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14032014-094659/pt-br.php>

UBER, B. *As Órfãs da Rainha – The Jamestown Brides – Les Filles du Roi: ressignificações literárias dos projetos de inserção da mulher branca na América*. 404 f. Tese. (Doutorado em Letras). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Cascavel-PR, 2022.

USLAR PIETRI, A. El mestizaje y el nuevo mundo. In: USLAR PIETRI, A. *Cuarenta ensayos*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1990. p. 345-357

ZIN, R. B. *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC-SP, São Paulo, 2016. Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19479/2/Rafael%20Balseiro%20Zin.pdf>